

Funai estuda novas demarcações

Em reunião na sede da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília, membros do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) apreciaram, com destaque para a declaração de ocupação e demarcação, nove áreas indígenas situadas nos estados do Amazonas, Paraíba e Pará, que totalizam cerca de 2,5 milhões de hectares.

Entre as áreas indígenas apreciadas destaca-se a terra Jacaré de São Domingos, situada no município de rio Tinto, no Estado da Paraíba, habitada pelos índios Potiguara desde o século XVI. A área proposta pela Funai para efeito de declaração de ocupação é de 4.500 hectares e vai beneficiar 292 pessoas, distribuídas por 59 casas.

"A decisão do GTI em aprovar parecer da área indígena para efeito de declaração de ocupação é uma vitória para os índios Potiguara, que por tempos imemoriais buscam este objetivo. Tanto que, para a reunião, estiveram em Brasília representantes daquela comunidade indige-

na", disse o procurador-geral da Funai, Ovídio Martins de Araújo, informando ainda que, dentro dos limites da área eleita foi feita vistoria pelo Grupo de Trabalho, em 1988, tendo sido constatado, à época, presença de oito ocupantes, todos proprietários, cujas indenizações foram orçadas em 3.176,16 OTNs.

De acordo com o procurador, providências no sentido de se proceder a demarcação da área litigiosa evitarão conflitos entre os latifundiários, pequenos proprietários e índios, dentro do imóvel vistoriado.

Outras áreas examinadas pelo Grupo estão localizadas no município de São Gabriel da Cachoeira/AM, e receberam proposta diferenciada por se constituírem em comunidade de diferentes graus de compreensão e de uniformidade cultural. As áreas são Yauretê, Içana-Aiarí, Içana-Xiê, Cubate e Balaio.

Todas as áreas localizadas em São Gabriel da Cachoeira somam uma superfície de 1.436.300 hecta-

res que receberão, segundo parecer do Grupo, sete florestas nacionais, num total de 2.430.300 hectares. Destas, somente Balaio não teve aprovação do GTI, que irá realizar estudo mais profundo na reserva, que envolve sua criação dentro de uma área de Parque Nacional.

Será também declarada a ocupação de terra indígena Paumari do Lago Marnissuá e de Pamari do Lago Paricá, ambas situadas no Amazonas. As duas compreendem 27.200 hectares e são habitadas por cerca de 80 índios Paumar.

Para efeito de homologação de demarcação, foi aprovado pelo Grupo a terra indígena Nhamundá-Mapuera, localizada nos municípios de Faro e Oriximiná/PA e Nhamundá/AM. A área é habitada pelos grupos indígenas Hixkariana, Kaxuyana, Waiwai, Katuena, Mawayana e Xirieu.

A demarcação desta área indígena foi concluída em 1988 e apresentou, após demarcada, superfície de 1.049.520 hectares.

Meta é preservar um milhão de ha

Demarcar oito áreas indígenas, num total de mais de um milhão de hectares, nos estados do Pará, Amapá e Maranhão, área de jurisdição da 4ª superintendência da Funai, em Belém/PA, é o objetivo da Divisão Fundiária do órgão para este ano. A identificação das reservas indígenas de Trincheira, Cachoeira Seca e Amanages, além da identificação dos limites das colônias indígenas També/Guamá e Canindé, todas no Pará, também são metas da programação fundiária da 4ª Super da Funai.

"A demarcação das terras indígenas é o passo fundamental para a garantia de vida dos índios, muitos deles ainda não contactados, como os Awá-Guajá, situadas nos municípios de Caratupera e Monção, no Maranhão", justifica o agrônomo Flávio Ohashi, chefe da Divisão Fundiária da 4ª Super. A área indígena Arauweté, localizada nos municípios de Altamira e São Félix do Xingu, no Pará, é a primeira a ser demarcada. As outras são

Koatinemo, Apterewa, Curuá, e Juminan, todas no Pará, Waiampi/Amapari, no Amapá e Awa-Guajá, no Maranhão.

A demarcação final de uma área indígena, segundo Flávio Ohashi, resulta de um trabalho conjunto, realizado por antropólogos, agrônomos e agrimensores. Numa primeira fase, segundo ele, é feito o reconhecimento total da área, onde os antropólogos observam, fundamentalmente, a abrangência de perambulação dos índios, bem como a identificação de cemitérios, roças e acampamentos antigos, para que seja comprovada a imemorabilidade da área.

Paralelamente à identificação, segundo Flávio Ohashi, os técnicos também realizam o trabalho de delimitação da área, que objetiva definir seus limites naturais, protegendo sempre as cabeceiras dos rios e igarapés, bem como as linhas secas da área. Com todos os dados levantados, a Divisão Fundiária passa a elaborar a proposta de demarcação da reser-

va indígena, que é a definição oficial de seus limites. A proposta dependerá, ainda, da aprovação de um grupo interministerial, formado pelo Ministério do Interior, Ministério da Agricultura, Conselho de Segurança Nacional (CSN) e a própria Funai, para posterior homologação do presidente da República.

Contratar trabalhadores braçais para abrir picadas na mata, para que seja executado o trabalho demarcatório, segundo o agrimensor da Divisão Fundiária da 4ª Super, Afonsoerson Rocha, é o principal obstáculo encontrado para compor o grupo de apoio que trabalha nas demarcações.

Das áreas incluídas no programa de demarcação da 4ª Super, a reserva indígena Arauweté, no Pará, com 985 hectares, num perímetro de 500 quilômetros, é a que levará mais tempo para ser demarcada. Ele calcula que quatro equipes levarão cerca de três meses, no mínimo, para demarcá-la.

Chuva cancela visita de ministro a garimpos

Porto Velho — Intensas chuvas que caíram desde o início da manhã de ontem impediram que o ministro do Interior, João Alves Filho, e o presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Fernando César Mesquita, sobrevoassem ontem a região garimpeira de 200 km ao longo do rio Madeira, em Rondônia, como parte de uma missão iniciada quarta-feira no Pará, para reconhecimento dos garimpos na região amazônica.

Alves e Mesquita, que se reuniram com o vice-governador Orestes Muniz — o governador Jerônimo Santana está em Brasília tentando negociar a dívida

de NCz\$ 73 milhões da Centrais Elétricas de Rondônia com a Petrobrás —, foram informados da elaboração do plano de zoneamento agroecológico de Rondônia, uma exigência do Banco Mundial para continuar financiando programas de desenvolvimento na região.

Ambos, que retornaram à tarde a Brasília, coincidiram na defesa da soberania da Amazônia diante do que consideram uma "ingerência" da comunidade ambientalista internacional ao exigir do governo brasileiro a demarcação das terras indígenas e dos seringueiros e rigor na preservação ecológica. "Os países que hoje fazem pres-

sões ao Brasil são os mesmos que destruíram seus recursos naturais. Agora se metem em assunto nosso. A preservação é um assunto dos brasileiros e o Brasil não vai aceitar ingerência", declarou o ministro João Alves Filho.

Fernando César Mesquita anunciou ao vice-governador a realização, no dia 15 de março, em Brasília, de uma reunião com todos os secretários estaduais do meio ambiente para "aparar arestas". Ele admitiu a falta de unidade entre esses secretários, observando que "alguns são ambientalistas e outros são conservacionistas". De sua parte, fica "entre uma e outra".